



**Ata da 181ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos da TABOÃO PREV –
Quadriênio 2017/2021.**

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, se reuniram os membros do Comitê de Investimentos na sede da TABOÃO PREV sito a Rua Mario Latorre, 130, no bairro denominado Pq. Pinheiros – Taboão da Serra – SP, com os seguintes membros: Superintendente Autárquica Sra. **Eliana Bendini Lantyer**, Diretora Administrativa e Financeira Sra. **Thaysa Pinheiro Monteiro**, **Edinaldo da Silva Leite** – Servidor Indicado pelo Poder Legislativo, **Maria Carmen Fernandez Ruiz** – Servidora Eleita Aposentados e **Ricardo Teodoro Silva de Souza** – Conselheiro Eleito Servidores Ativos. Aberta a reunião, pela Superintendente Sra. Eliana Bendini Lantyer, com o quórum legal, que convidou a mim Daniel César para participar da reunião e a conselheira Maria Carmen Fernandez Ruiz para secretariar a reunião. Apresentamos aos conselheiros a pauta do dia: 1º Aprovação da Ata da reunião anterior; 2º Avaliação Econômica de Julho de 2021; 3º Aplicação dos recursos repassados para a Taboãoprev; 4º Outros Assuntos. De acordo com a pauta, ficou deliberado o que segue: 1º **Aprovação da Ata da reunião anterior:** Foi lida a ata da reunião anterior e perguntado se alguém tinha algum adendo a fazer, não havendo manifesto, foi aprovado por todos os presentes; 2º **AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE AGOSTO DE 2021:** • NACIONAL: Tivemos uma agenda econômica e política bem movimentada no mês em âmbito nacional, que acabou pesando negativamente nos mercados, onde o Ibovespa acabou recuando 2,48% no acumulado do mês. Nos principais destaques da última semana de agosto, tivemos a divulgação do IPCA de julho, pelo IBGE, que alcançou 0,96% no mês, sendo o maior valor para um mês de julho desde 2002, acumulando alta de aproximadamente 9% em 12 meses, puxado principalmente pela energia elétrica e pelos combustíveis. Seguindo essa linha de inflação acelerada, a divulgação da Ata do COPOM, que reforçou o compromisso em trazer a inflação para o centro da meta em 2022, trabalhando com os juros acima dos patamares neutros. No front político, reforçando as discussões em relação ao quadro fiscal, que segue se mostrando desafiador, digno de espantar os investidores dos ativos de risco, tivemos a PEC dos precatórios. A PEC que trata sobre o parcelamento da dívida mais longa em 10 anos, eleva a tensão dos mercados em relação ao teto do orçamento, que sem o parcelamento não comporta os R\$ 90 bilhões destinado para a causa. Fato que também impossibilita o Auxílio Brasil, gerando volatilidade para os mercados. Durante o mês, o presidente Bolsonaro protocolou o pedido de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes como reação a autorização do ministro em uma operação contra os articuladores dos protestos pró governo. Ainda no STF, as tensões aumentam com o



juízo sobre a validade da lei de autonomia do Banco Central aprovada no começo do ano a partir da análise de uma ação de inconstitucionalidade movida por partidos de oposição. Mesmo com o fechamento negativo no mês, a terceira semana do mês foi bastante turbulenta para o mercado interno, mas com desfecho positivo, o Ibovespa acumulou alta de 2,22% na semana, voltando ao patamar dos 120.000 pontos, mesmo que não tenha sustentado ao final do período. Alguns pontos em específico colaboraram com esse feito dentro do mês, a divulgação de dados da receita federal e Caged, em âmbito internacional, as falas de Jerome Powell no simpósio de Jackson Hole geram otimismo tal no mercado. Segundo a Receita Federal, a arrecadação de impostos teve alta real de 35% em junho, somando recorde de 171,3 bilhões, segundo a própria receita o valor pode ser explicado em razão do crescimento da economia. *O que favorece o quadro fiscal no curtíssimo prazo, entretanto mesmo com benefício fiscal adquirido, o risco crônico em relação ao quadro fiscal se mantém.* De acordo com o Caged, as vagas de emprego formal de julho registraram a abertura de 316.580 novas vagas, divulgado na quinta-feira (26) pelo ministério da economia, sendo o 11º mês consecutivo com um resultado líquido positivo. Outro ponto de atenção para o cenário atual é em relação a inflação, durante a semana a divulgação do IPCA-15 veio acima das expectativas, com alta de 0,89%, acumulando alta de 9,3% em 12 meses. As medidas de núcleo (fator que mais se correlaciona com a atividade econômica) também segue acelerando, fazendo com que o tema siga gerando muitas discussões e culminando em volatilidade. Por outro lado, a crise hídrica segue bastante preocupante, e tem potencial de contribuir ainda mais com inflação. Por fim, os pontos relacionados ao quadro fiscal, inflação acelerada e desgastes políticos, foram os temas mais recorrentes no mês, e que contribuíram negativamente para os mercados. • **INTERNACIONAL:** No mercado internacional, tivemos a inflação como tema mais discutido no mês, principalmente nos Estados Unidos, onde houve a divulgação do índice de preços ao consumidor, que veio abaixo do esperado, e o índice de preço do produtor, que veio acima do esperado, alimentando ainda mais as discussões em relação a inflação e a condução da política monetária. Tivemos ainda, por lá, a divulgação da Ata da reunião do Fed, diante da análise cresce a expectativa de que a redução do programa de estímulos se inicie ainda esse ano. Fato que gera cautela nos investidores que temem que a redução de estímulos se dê em um momento com diminuição no ritmo do crescimento e a variante delta ameaça atrasar o processo de reabertura econômica. As falas de Jerome Powell no simpósio de Jackson Hole apresentaram um tom mais dovish, ou seja, manter uma política monetária expansionista, com juros baixos, elevando o apetite ao risco por parte dos investidores e gerando otimismo no mercado. Powell declarou que a inflação norte americana, apesar de acelerada e persistente, é transitória e que seguirá com os estímulos, elevando juros somente



em 2023. • **MERCADO DE RENDA FIXA E VARIÁVEL (INTERNACIONAL):** No mercado internacional de renda fixa, a volatilidade nos preços manteve-se alta mesmo com o FED prometendo manter o juro próximo de zero, e anunciar que assim deverá permanecer por um tempo suficientemente prolongado enquanto a economia doméstica não se consolidar no terreno do crescimento. Entretanto as os dizeres dos membros do FED, apresentaram divergências entre eles, demonstrando que o andamento da política monetária pode estar próximo a trilhar trajetória diferente. O que preocupa ainda é a aceleração da inflação, sendo refletida na alta das *Treasuries*, em resposta as expectativas dos investidores de que a inflação se desequilibre e se torne uma ameaça direta para a economia americana. No mês, se tratando de renda variável, o DAX avançou 1,87%, Dow Jones 1,50%, EURO Stoxx 50 2,62%, HANG SENG recuou (0,32%), Nasdaq avançou 4,00%, Nikkei 255 2,95% e S&P500 2,90%. • **ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA (NACIONAL):** A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano continuou no campo positivo e bem expressivo, entretanto saiu de 5,27% para a 5,22%, de acordo com o boletim focus, na última semana do mês, em 2021. Para 2022, a estimativa se manteve em 2,00%. Para 2023 e 2024, as projeções ficaram em 2,50%. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego recuou em agosto, chegando a 14,1% no 2º semestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de pessoas. O resultado indica uma queda de 0,6 ponto percentual em relação à taxa de desemprego no semestre anterior (14,7%) e a menor taxa de desemprego no ano, com o aquecimento no mercado de trabalho no período por pandemia. De acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos) “O governo federal enviou ao Congresso Nacional a proposta de um salário mínimo de R\$ 1.169 para 2022. O valor consta no projeto da Lei Orçamentária Anual divulgado pelo Ministério da Economia no dia 31/08/2021. O valor é R\$ 69 maior que o salário mínimo atual, de R\$ 1.100, e representa uma alta pouco maior que 6,2% — que é a previsão do Ministério da Economia para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano, feita no mês de julho. Com isso, não está previsto aumento real (acima da inflação). • **SETOR PÚBLICO:** A balança comercial de agosto apresentou o maior saldo para o mês desde o início da série histórica, na ordem de US\$ 7,66 bilhões de exportações líquidas. O principal motivo para tal feito, está diretamente relacionado a valorização das commodities no mercado internacional. Como o resultado, a balança comercial acumula US\$ 52,033 bilhões de superávit até o mês de agosto. O resultado é o maior na comparação com os primeiros 8 meses de 2020 e recorde para o período desde o início da série histórica. Em relação a taxa básica de juros, a Selic, teve sua projeção elevada para 8% em 2021. A estimativa ficou em 8% para 2022. Em 2023 e 2024, a projeção foi mantida em 6,50%. • **INFLAÇÃO:** O IPCA, índice oficial de inflação do país, acelerou a 0,87%



em agosto, sendo o maior valor desde 2000, puxado principalmente pela alta do preço dos combustíveis. Com isso, no ano, o IPCA chega a 5,67% e 9,68% em 12 meses, muito acima, em ambos, da meta estipulada pelo conselho monetário nacional de 3,75%, podendo chegar ao limite de 5,25%. A gasolina subiu 2,80% e teve o maior impacto individual no índice. Etanol (4,50%), gás veicular (2,06%) e óleo diesel (1,79%) também ficaram mais caros em agosto. O INPC, teve alta de 0,88% em agosto, registrando queda em comparação ao mês anterior, no ano, o índice acumula alta de 5,49% e 10,42% em 12 meses. • **CÂMBIO E SETOR EXTERNO:** O real valorizou 0,77% no mês de agosto, devido principalmente ao otimismo advindo do exterior, em virtude da ainda postura do FED (Banco Central Norte-Americano) em se manter expansionista em relação à política monetária. Normalmente o câmbio já é uma variável delicada, por ter sensibilidade com políticas monetárias de diferentes países, levando para o lado da taxa de juros, instrumento mais comum da política monetária, o spread que o Brasil está abrindo em relação ao resto do mundo, não está sendo o suficiente para levar o Real a uma valorização mais expressiva. O risco Brasil é a principal variável para esse feito, com as derivações relacionadas às tensões políticas, a crise hídrica, a inflação que segue persistente e os impactos nas projeções de retomada da atividade econômica e de geração de emprego e renda. • **BOLETIM RENDA FIXA ANBIMA:** O mês de agosto foi marcado pela desvalorização de 0,41% do IMA-Geral, que reflete a carteira de títulos públicos semelhante à que compõe a dívida pública interna brasileira marcada a mercado. De janeiro a agosto, a redução é de 0,37%. Esses desempenhos, tanto no mês e quanto no ano, são resultados das pressões inflacionárias acima do que estava previsto pelo mercado e das incertezas fiscais por parte dos investidores, atingindo com maior força os subíndices IMA-B5+ e IRFM-1+, que reúnem os títulos mais longos da dívida. O IMA-B5+, carteira que reflete os títulos públicos indexados à inflação e de vencimento acima de cinco anos, desvalorizou 2,22% no mês, o que ampliou ainda mais a sua queda neste ano (5,44%). Em direção semelhante, o IRFM1+, subíndice dos títulos pré-fixados acima de um ano de vencimento, recuou 1,11% no mês e acumula perda de 5,18% em 2021. Essas carteiras só não se desvalorizaram ainda mais porque as incertezas internas foram contrabalanceadas pelo cenário externo positivo, proporcionado pelos juros reais extremamente baixos. Os títulos públicos indexados à taxa Selic diária seguem atrativos em virtude do ciclo de aumentos da taxa de juros para controlar a inflação. Um indicativo é a valorização de 0,44% do IMA-S (carteira das LFTs) no mês, a maior performance neste período, e que assegurou o melhor resultado da família IMA em 2021 (2,13%). O IMA-B5, que mostra o comportamento dos títulos de até cinco anos de vencimento e atrelados à inflação, registrou aumento de 0,15%, rendendo 1,47% em 2021. O IRFM-1, que retrata o desempenho dos títulos pré-fixados de até um ano de vencimento,



também apresentou variação mensal e anual positiva, 0,36% e 1,37%, respectivamente. •

PERSPECTIVA: Os mercados brasileiros possivelmente enfrentaram momentos de alta volatilidade durante o mês de setembro, divididos entre as tensões políticas e o risco fiscal no cenário doméstico, e o clima mais otimista no exterior. Teremos agora que acompanhar as decisões do Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, *teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada*, agora com a Câmara e Senado definido. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais.

3º Aplicação dos recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra: Os membros do Comitê de Investimentos analisaram a rentabilidade mensal em percentual de todos os investimentos em Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior da Taboãoprev até o mês de Agosto/2021, e continuam avaliando novas possibilidades de investimentos, sendo de acordo com a Secretaria de Previdência, o prazo previsto na alínea "b" do inciso II do § 1º do art. 6º-A da Portaria MPS nº 519, de 2011, de 3 (três) anos, contados do primeiro ato de credenciamento das entidades certificadoras do Pró-Gestão RPPS, encerrou-se em **02 de maio de 2021**. Esse prazo havia sido inserido pela Portaria SEPTR nº 555, de 03 de junho de 2019, para que o RPPS que tivesse feito a adesão ao Pró-Gestão, pudesse continuar a ser considerado investidor qualificado enquanto adotava medidas para a obtenção da certificação. Diante disso, após o dia 02 de maio de 2021, os RPPS que não obtiverem a certificação no Pró-Gestão não poderão ser enquadrados como investidores qualificados, nos termos do art. 6º-A da Portaria MPS nº 519, de 2021, a eles se aplicando a vedação contida no art. 23, VII, da Resolução CMN nº 3.922, de 2010. Portanto,



TABOÃO PREV

Autarquia Previdenciária

Município de Taboão da Serra
Estado de São Paulo



até que a Taboãoprev obtenha a certificação do Pró-Gestão, nos teremos que investir em fundo que não exijam a condição de “Investidor Qualificado”, diante deste fato e até a conclusão das análises, os novos recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, deverão continuar a ser direcionados para ativos com maior rentabilidade e indexados ao CDI, IRF-M, IMA-B, IMA-B 5, IDKA/IPCA ou Renda Fixa. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião às doze horas, na qual foi lavrada e assinada por mim Maria Carmen Fernandez Ruiz, e por todos os presentes.

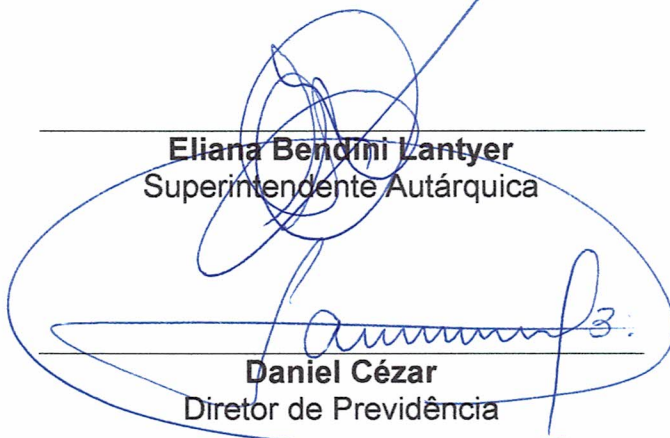


Edinaldo da Silva Leite
Conselheiro Comitê de Investimentos

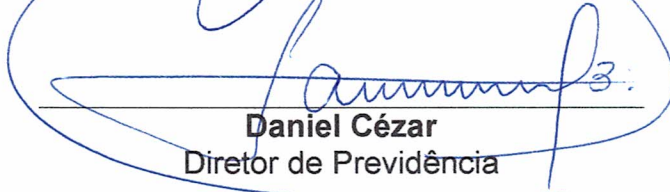


Maria Carmen Fernandez Ruiz
Conselheira Comitê de Investimentos

Ricardo Teodoro Silva de Souza
Conselheiro Comitê de Investimentos



Eliana Bendini Lantyer
Superintendente Autárquica



Daniel César
Diretor de Previdência



Thaysa Pinheiro Monteiro
Diretora Administrativa e Financeira